



Será o Governo irlandês o melhor aluno da austeridade?

Editado por José Bastos

Inserido em 17-11-2013 13:32

Carvalho da Silva, Álvaro Santos Almeida e Sarsfield Cabral estiveram no Conversas Cruzadas desta semana.

“Portugal não foi o melhor aluno da austeridade. O melhor aluno da austeridade foi a Irlanda que tomou as medidas de que precisava quando era preciso”, é a opinião de Álvaro Santos Almeida no **Conversas Cruzadas** sobre a forma como a Irlanda cumpriu o programa de resgate, prescindindo de um programa cauteloso de Bruxelas.

“Em Portugal não se tomaram as medidas necessárias. Foram-se arrastando. O exemplo clássico são os déficits. Os déficits que estavam previstos inicialmente no programa de ajustamento nunca foram cumpridos” acrescenta o professor de Economia da Universidade do Porto.

A reforma da administração pública foi uma das razões? Responde Francisco Sarsfield Cabral: “A chave do sucesso não esteve na reforma da administração pública. Isso demora muito tempo. Não tenhamos ilusões: não se faz num fim-de-semana e com um guião vago” refere com alguma ironia. “A lição da Irlanda foi que eles se entenderam inicialmente. Atacaram a crise de imediato e violentamente. Baixaram logo os salários da função pública, incluindo 15% os salários dos governantes. Houve um certo entendimento entre os partidos e os com os parceiros sociais, coisa que não existe em Portugal” argumenta Sarsfield Cabral.

Álvaro Santos Almeida sustenta que o sucesso irlandês aproxima Portugal da Grécia. “Em vez de estar a arrastar penosamente durante vários anos as medidas necessárias, a República da Irlanda tomou as medidas no início, quando eram necessárias, e depois criou as condições para um crescimento posterior para um reequilíbrio das contas públicas estrutural e, portanto, duradouro, reconhecido pelos mercados através de taxas de juro mais baixas que Portugal.”

“Um quadro que permitiu, na quinta-feira passada, a decisão do governo irlandês de que não precisava de ajuda dos seus parceiros europeus para regressar aos mercados. Um cenário que levanta um problema sério para Portugal porque dificilmente estará nas mesmas circunstâncias. Desta forma a Irlanda também disse ‘nós não somos Portugal, temos uma capacidade que Portugal não tem’ o que nos aproxima mais do caso da Grécia que do da Irlanda” alerta Santos Almeida, professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Na comparação entre Irlanda e Portugal, Manuel Carvalho da Silva, sociólogo, não poupa a gestão política nacional. “Em Portugal estamos a ser objectivamente conduzidos por políticas de contínuo empobrecimento. Não temos as condições da Irlanda. A Irlanda tem uma actuação de governação de defesa do interessa nacional e de afirmação dos seus valores. Em Portugal não. Temos um governo que se submete. Temos governantes a apoiar a “troika”.”

“O clima que se criou em Portugal apresentando os especialistas da “troika” como os cérebros que vinham descobrir as soluções para os problemas do país foi um erro crasso que não se pode

cometer”, defende o professor do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra.

Pode Portugal terminar o programa de ajustamento em cenário semelhante ao irlandês? “Esta decisão da Irlanda pura e simplesmente eliminou a possibilidade de Portugal se comparar. Nos próximos seis meses não vejo possibilidade das taxas de juro da dívida pública portuguesa chegarem aos níveis atingidos pela Irlanda.”

“Estão muito longe e não há perspectivas de que venham a descer os dois pontos percentuais, pelo menos, que faltam para chegar a esses níveis. Portanto, quando terminar o programa de ajustamento de Portugal, Portugal não vai ser a Irlanda o que significa - para aqueles observadores menos atentos – que a associação será mais com a Grécia que com a Irlanda o que nos coloca em más companhias”, alerta o de Álvaro Santos Almeida, ex-presidente da ERS.

Carvalho da Silva diz que “receita do FMI é de mais austeridade”

Uma das indicações do relatório às últimas avaliações ao programa de ajustamento sinaliza Portugal a precisar de nova dose de austeridade. Um elemento preocupante, na análise de Manuel Carvalho da Silva.

“Agora a receita do FMI é de mais austeridade. Como a austeridade tem um efeito cumulativo o que vamos ter é que doses de austeridade, aparentemente mais suaves que no início do processo, podem vir a ter efeitos sobre as empresas, as pessoas, o funcionamento da economia em geral e a vida das pessoas, muito mais graves que as medidas iniciais. Estamos numa situação muito delicada. É isso que me leva a dizer que por esta via, com estas políticas, com a situação da Europa nós não vamos ter o pós-‘troika’ de que se anda a falar” defende o sociólogo.

Carvalho da Silva desvaloriza a deslocação, a meio da semana, do primeiro-ministro à Concertação Social, ou de uma delegação do PSD à UGT, lamentando a perda de importância da figura da contratação colectiva.

“Portugal era, no plano europeu, dos países com maiores índices de contratação colectiva. São números conhecidos. Uma das coisas que a OIT veio dizer foi exactamente que a contratação colectiva deve ser revitalizada. Não há soluções, mas há hoje muitos empresários que me dizem ‘temos de encetar diálogo, porque tem de haver entendimento para haver saída, tem de haver negociação de condições.’”

“Não havendo negociação colectiva isto é um drama” sustenta o nome de referência na história do sindicalismo português.

“Em Portugal houve excesso de austeridade. Não é que haja espiral recessiva, os números desta semana do INE mostram que, pelo menos, a economia estabilizou. Mas os números não são bons nem aqui, nem na Europa e aqui, no plano interno, penso que o próximo orçamento vai dificultar muito o crescimento do PIB”, é, por seu turno, a visão de Francisco Sarsfield Cabral.

“Como é possível dizer que não há redução de salários?”

No seu relatório o FMI volta a recomendar a diminuição de salários com factor de competitividade para a economia portuguesa. “Os nossos salários desceram ou não? Não sejamos masoquistas. Eu quase me emociono com esta questão. Mas cada um de nós não sabe quanto perdeu do seu salário real? Mas foram 15%? Eu perdi muito mais e não sou nenhum privilegiado na sociedade portuguesa. Então não é verdade que houve quebras de salários na administração pública e nos privados?”, questiona Carvalho da Silva em divergência com Álvaro Santos Almeida

“A transferência do factor trabalho para o factor capital resultante das alterações á legislação

laboral são centenas e centenas de milhões por ano. A paragem da contratação colectiva é impressionante. A redução das pensões. O desemprego não é uma perda de salário brutal? Como é possível dizer-se que não há redução de salários?”, insiste o professor do Centro de Estudos Sociais e antigo líder da CGTP.

Santos Almeida aprofunda a linha de análise. “Importa distinguir rendimento disponível de salários. No domínio do rendimento disponível o professor Carvalho da Silva tem toda a razão: realmente houve uma grande perda de rendimento disponível.”

“Mas a maior parte da perda de rendimento disponível veio via aumento de impostos não via redução do salário” sustenta o economista. “Porque é importante a distinção? Porque do ponto de vista das pessoas não faz grande diferença se a perda surge por menos salário ou mais impostos. O que importa é o rendimento disponível. Mas do ponto de vista da competitividade das empresas faz toda a diferença, porque uma redução de salários aumenta a competitividade, um aumento de impostos não.”

“É por isso que faz diferença saber se a perda de rendimento disponível veio pela via do aumento de impostos ou pela redução de salários. Pela via de aumento de impostos houve, efectivamente, uma grande quebra de rendimento disponível, mas essa é que é a medida errada. Devia ter sido pela via da redução de salários e não pelo aumento de impostos”, defende ainda Álvaro Santos Almeida.

Carvalho da Silva não quer ver a questão salarial discutida enquanto elemento central da competitividade. “Não insistamos mais em que os problemas das empresas são os salários. Os impostos, os condicionalismos, os chamados custos de contexto, mil e uma coisas, são. Estou convencido que mais de 90% dos empresários hoje são capazes de dizer ‘acabe-se com essa história dos salários serem o problema’. Claro que enquanto por aí lhes for permitido ter ganhos a situação vai-lhes sendo favorável”, sustenta o sociólogo.

Álvaro Santos Almeida regressa à questão salarial e à contratação colectiva. “Às empresas não podemos impor salários que não conseguem pagar. Se as condições de mercado se alteraram é preciso que os salários se alterem. O que é importante é a flexibilidade. Não é que os salários tenham necessariamente de descer. Tem de descer quando a procura é menor e de subir quando a procura aumenta”, refere o ex-quadro do FMI na década de 90.

“É preciso que a contratação colectiva funcione nos dois sentidos, não pode ser só uma contratação colectiva que se limite a pedir aumentos e não reconheça aquelas circunstâncias em que é preciso, também de vez em quando, ajustar os salários sem, claro, colocar em causa os salários mais baixos” defende Santos Almeida.

“O nosso grande problema não é a ‘troika’, o FMI, essas organizações. O nosso grande problema é a dívida. A dívida pública portuguesa. Há dívidas maiores à das empresas portuguesas, é comparativamente, a maior da Europa em percentagem do PIB e, há cálculos de que metade das empresas não vai pagar o que será um problema grave da Banca nacional. Mas a dívida pública era em 2000 de 50% do PIB, agora está próxima dos 130% do PIB. Isto dá mau resultado e é insustentável”, sentencia Sarsfield Cabral, antigo director do gabinete da Comissão Europeia.

CEP: “desafios éticos do trabalho humano”

Na semana em que os Bispos portugueses publicaram uma mensagem sobre “desafios éticos do trabalho humano” apelando à criação de emprego “sem corte” nos direitos fundamentais, Francisco Sarsfield Cabral sublinha a importância deste tipo de posicionamento ético.

“A CEP chama a atenção para o trabalho precário, ou mal remunerado, para o desemprego

sobretudo dos jovens e para as cargas suplementares de esforço na procura da sobrevivência das empresas. O ponto, talvez, mais veemente é aquele em que refere que entre as situações mais graves está a dos desempregados que não têm direito a qualquer forma de subsídio de desemprego. Isto é, de facto, muito grave do ponto de vista da dignidade humana e deve preocupar todos.”

“O documento também diz que não pode passar despercebida a tendência para promover o emprego através do cerceamento dos direitos dos trabalhadores. São pontos gerais, a Igreja não faz política, mas tem direito a ter estes pontos de vista éticos”, sustenta Sarsfield Cabral.

Filipinas: “não estamos a ser universalistas”

No Conversas Cruzadas um olhar ainda para as lições a reter da catástrofe a atingir as Filipinas – o tufão Haiyan – uma das tempestades mais severas a fustigar o planeta desde que há registos.

“Eventos naturais sempre houve. Não podemos concluir de um exemplo isolado relações com as alterações climáticas. No entanto, é uma questão de tal gravidade que merece uma análise profunda e uma acção concertada que, infelizmente, não existe no plano mundial, mas que tem de existir porque a Terra é uma só, vivemos todos nela e as alterações climáticas dependem da acção colectiva” defende o economista Álvaro Santos Almeida.

O sociólogo Manuel Carvalho da Silva amplia o âmbito da análise. “A crise actual é financeira, é económica, é política, é cultural, é das instituições, mas é também climática, ambiental, de ruptura e de articulação entre gerações, criação de disfunções, é destas descoordenações do uso de tecnologias. É todo este tempo que estamos a viver. Há três grandes contradições nos dias de hoje: uma é que a operacionalização do valor do trabalho está manipulada. A segunda é que há uma degradação metabólica da relação do Homem com a Natureza e isto não se resolve com manobrismos. A outra é que não estamos a ser suficientemente universalistas”, conclui o responsável do Centro de Estudos Sociais.